

CONFLITO ISRAELO-PALESTINO: A MANOBRAS ESTRATÉGICA DE ISRAEL

ISRAELI-PALESTINIAN CONFLICT: THE STRATEGIC MANEUVER OF ISRAEL

WALTER DA COSTA FERREIRA

RESUMO

O corrente conflito entre Israel e grupos insurgentes palestinos que operam na Faixa de Gaza, desenvolvido com intensidade a partir do ataque promovido pelo Hamas em 7 de outubro de 2023, envolve, direta ou indiretamente, múltiplos atores do Oriente Médio e grandes potências. Este trabalho destina-se a apresentar a manobra estratégica militar de Tel Aviv no contexto do conflito israelo-palestino, a partir da agressão terrorista do Hamas. Nessa perspectiva, dissertar-se-á sobre o conceito de manobra estratégica militar para, subsequentemente, evidenciar as ameaças no entorno israelense e as respectivas posturas estratégicas adotadas por Tel Aviv, consubstanciando sua manobra estratégica. Em conclusão, avaliar-se-á o impacto da supracitada manobra no estado final desejado do conflito, com desdobramentos para o futuro sistema de governança e de segurança na Faixa de Gaza, assim como para o restabelecimento da paz regional.

PALAVRAS-CHAVE: Estratégia Militar; Conflito Armado; Manobra Estratégica; Conflito Israelo-Palestino; Estudo de Caso.

ABSTRACT

The current conflict between Israel and Palestinian insurgent groups operating in the Gaza Strip, developed with intensity following the attack promoted by Hamas on October 7, 2023, involves, directly or indirectly, multiple actors from the Middle East and major powers. This work aims to present Tel Aviv's strategic military maneuver in the context of the Israeli-Palestinian conflict, based on Hamas' terrorist aggression. From this perspective, the concept of military strategic maneuver will be discussed to subsequently highlight the threats in the Israeli environment and the respective strategic postures adopted by Tel Aviv, substantiating its strategic maneuver. In conclusion, the impact of the aforementioned maneuver on the desired end state of the conflict will be assessed, with implications for the future governance and security system in the Gaza Strip, as well as for the re-establishment of regional peace.

KEYWORDS: Military Strategy; Armed Conflict; Strategic Maneuver; Israeli-Palestinian Conflict; Case Study.

O AUTOR

Coronel da reserva do Exército Brasileiro, graduado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), Pós-graduado pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Atualmente é pesquisador do Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégicos e Segurança Internacional (GEESI / UFPB)



1 INTRODUÇÃO

“Tudo em estratégia é muito simples, mas isso não significa que tudo seja muito fácil”.¹
(Clausewitz, 1984, p. 178, tradução nossa)

Em 7 de outubro de 2023, o grupo palestino conhecido como Hamas² empreendeu um amplo, surpreendente e bem coordenado ataque terrorista contra o Estado de Israel, lançando-se por terra, ar e mar, a partir da Faixa de Gaza. Em consequência, cerca de 1.200 pessoas foram assassinadas e aproximadamente 250 foram tomadas como reféns (Zanotti; Sharp, 2024). O grau de violência, a amplitude e a letalidade do referido ataque não têm precedentes nos 16 anos em que o Hamas controlou a Faixa de Gaza. A falha do sistema de inteligência israelense foi irrefutável, somente comparável aos eventos iniciais da Guerra do Yom Kippur em 1973 (Boot, 2024).

A reação de Tel Aviv foi contundente. Formou-se inicialmente um gabinete para gerenciar o conflito, que declarou oficialmente guerra ao Hamas (Levush, 2023). As forças militares israelenses, conhecidas como IDF (*Israel Defense Forces*), de imediato, buscaram retomar as localidades atacadas pelos terroristas e recuperar os reféns. Ademais, cerca de 360 mil reservistas foram mobilizados em caráter de urgência, houve um reforço de tropas nas ações de isolamento terrestre e marítimo da Faixa de Gaza, assim como intensivos bombardeios aéreos foram desencadeados na citada área contra as posições do Hamas (Zanotti; Sharp; Blanchard, 2023).

Nesse contexto belicoso, a retaliação israelense à agressão do Hamas mobilizou outros atores no complexo regional de segurança³ do Oriente Médio, bem como suscitou a interferência de potências extrarregionais com interesses associados ao conflito, a exemplo dos Estados Unidos da América e do Reino Unido. Por conseguinte, o Estado de Israel identificou várias ameaças⁴ no seu entorno estratégico, obrigando Tel Aviv a adotar posturas distintas em face de cada ator antagônico aos seus interesses, o que tornou sua manobra estratégica deveras complexa.

Em suplemento ao que precede, cabe registrar que os confrontos armados entre o Hamas e Israel são recorrentes, ganhando forte intensidade a partir da retirada das tropas israelenses da Faixa de Gaza no ano de 2005 (término da Segunda Intifada). Após vencer as eleições palestinas⁵ em 2006, o Hamas assumiu o controle total da Faixa de Gaza em 2007, expulsando o Fatah pela força das armas. Desde então, hostilidades armadas entre israelenses e palestinos se sucederam em 2008-2009 (Operação Chumbo Fundido), em 2012 (Operação Pilar de Defesa), em 2014 (Operação Margem Protetora) e em 2021 (Operação Guardião das Muralhas). No âmbito de tais operações, Israel conduziu ofensivas terrestres limitadas nos conflitos de 2008-2009 e 2014, mas retirou suas tropas da Faixa de Gaza ao final dos combates, em decorrência dos correspondentes acordos de cessar-fogo (Zanotti; Sharp; Blanchard, 2023).

¹No original: “Everything in strategy is very simple, but that does not mean that everything is very easy.”

²Movimento islâmico sunita com posição antissionista, o Hamas foi criado em 1987, após o início da Primeira Intifada (rebelião popular palestina contra as forças militares israelenses), tendo por objetivo a obtenção de autonomia política para o povo palestino com base na solução de um único Estado islâmico (Zanotti; Sharp; Blanchard, 2023).

³“Um complexo [regional] de segurança é definido como um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos estão tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separadamente um do outro” (Buzan; Wæver; Wilde, 1998, p. 201, tradução nossa).

⁴Qualquer ator, seja um ente estatal, não estatal ou supranacional, dotado de sentido contestatório, com capacidade e intenção de promover atos hostis ou contrários aos interesses do Estado, deve ser considerado como ameaça.

⁵O resultado das eleições legislativas palestinas de 2006 não foi reconhecido pelo Fatah, opositor político do Hamas que controla a Autoridade Palestina (AP). Estabelecida em 1994, em decorrência dos Acordos de Oslo de 1993, a AP é reconhecida pela comunidade internacional como sendo o representante legítimo do povo palestino.

Considerando o cenário do presente conflito israelo-palestino, a partir do ataque empreendido pelo Hamas no dia 7 de outubro de 2023, este trabalho de natureza qualitativa, desenvolvido segundo a metodologia de estudo de caso, tem por finalidade apresentar a manobra estratégica militar de Tel Aviv ante as diversificadas ameaças ao Estado judeu. Com base no que precede, após esta introdução, serão abordados os pormenores conceituais da manobra estratégica militar; posteriormente, serão descortinadas as ameaças no entorno israelense e as respectivas posturas que configuram a manobra estratégica militar adotada por Israel. Como conclusão deste trabalho, será avaliado o impacto da mencionada manobra no processo de restabelecimento da paz regional, mormente as implicações para o sistema de segurança e a futura governança da Faixa de Gaza.

Afora o exposto, cabe descrever o referencial teórico utilizado no processo desta pesquisa. Nesse sentido, buscou-se amparo na teoria proporcionada por Hart (1967), Beaufre (1998), Gray (1999) e Echevarria (2017), assim como por Ferreira e Teixeira Júnior (2021). Ademais, o autor embasou suas observações e inferências na doutrina militar brasileira (Brasil, 2007, 2015, 2020).

2 A MANOBRA ESTRATÉGICA MILITAR

Com o propósito de aportar subsídios teóricos ao estudo do caso israelense, discorrer-se-á sobre a definição, as características e as variáveis da manobra estratégica militar. Dessa forma, considerando que a manobra estratégica compõe um dos elementos básicos da concepção de emprego do poder militar, há que esclarecer inicialmente que “estratégia militar é a arte e a ciência de prever o emprego, preparar, orientar e aplicar o poder militar durante os conflitos, considerados os óbices existentes ou potenciais, visando à consecução ou manutenção dos objetivos fixados pelo nível político” (Brasil, 2007, p. 35). Outrossim, segundo Liddell Hart (1967, p. 321, tradução nossa, grifo nosso), “Podemos agora chegar a uma definição mais curta de estratégia [militar] como a *arte de distribuir e aplicar meios militares* para cumprir os fins da política. Pois a estratégia preocupa-se não apenas com o movimento de forças – como o seu papel é muitas vezes definido – mas com o *efeito*”.⁶

Agregando valor às definições pregressas, Colin Gray (1999, p. 17, tradução nossa, grifo nosso) evidencia que “A estratégia [militar] é a ponte que relaciona o poder militar com o propósito político; não é nem o poder militar em si, nem o propósito político. Por estratégia quero dizer *o uso que é feito da força e a ameaça da força* para os fins da política”.⁷ Ademais, para Echevarria (2017), os recursos devem ser suficientes e adequados para atingir os objetivos por meio dos métodos selecionados. Aditivamente às ideias anteriores, destaca-se que o conceito de manobra, segundo o Glossário das Forças Armadas (Brasil, 2015, p. 161), é definido como sendo: “Movimento ou série de movimentos destinados a colocar forças, navios, aeronaves, tropas, equipamentos ou fogos em uma situação vantajosa em relação ao inimigo ou para cumprir determinada missão.”

À vista do que precede, a convergência das supracitadas definições, fundamentos e percepções nos remete à compreensão da manobra estratégica como sendo a distribuição dos recursos

⁶ No original: “We can now arrive at a shorter definition of strategy as the art of distributing and applying military means to fulfill the ends of policy. For strategy is concerned not merely with the movement of forces – as its role often defined – but with the effect.”

⁷ No original: “Strategy is the bridge that relates military power to political purpose; it is neither military power per se nor political purpose. By strategy I mean the use that is made of force and the threat of force for the ends of policy.”

do poder militar do Estado, em todas as áreas estratégicas de interesse que compõem o teatro de guerra⁸, com a finalidade de serem aplicados mediante uma proficiente combinação de atitudes estratégicas, segundo as variáveis espaço, tempo e força, ante as ameaças identificadas na situação conflituosa, viabilizando, assim, o atingimento dos objetivos estratégicos militares em contribuição ao propósito político do conflito. Cabe ressaltar que as supramencionadas atitudes estratégicas são denominadas na doutrina militar brasileira como estratégias de emprego das Forças Armadas.⁹

Em complemento ao conceito exposto, “Há que ressaltar a possibilidade de alternância das estratégias de emprego mediante faseamento, além de admissível conjugação simultânea diante de uma mesma ameaça” (Ferreira; Teixeira Júnior, 2021, p. 116). Ademais, em condições ideais, a manobra estratégica deve permear todo o espectro do conflito (paz, crise e conflito armado), confrontando cada ameaça identificada com uma abordagem estratégica distinta para produzir efeitos específicos. Atitudes estratégicas desempenhadas em situação de normalidade (estado de paz) – como a dissuasão e a presença – concorrem para a moldagem do ambiente de segurança em favor dos interesses nacionais do Estado, prevenindo crises e/ou conflitos armados perante ameaças potenciais. Destaca-se que, sendo estratégia mais arte do que ciência, a combinação das atitudes estratégicas, ou estratégias de emprego, é deveras flexível e criativa, sem as limitações impostas por soluções estereotipadas.

Segundo a ótica espacial da manobra estratégica, é possível afirmar que a variável espaço concerne à seleção das áreas estratégicas¹⁰ de interesse, em que se identificam ameaças ao Estado ou recursos do poder nacional a serem protegidos. Em princípio, tais regiões converter-se-ão em áreas de responsabilidade dos comandos operacionais ativados da estrutura militar de defesa, nomeadamente o teatro de operações (TO), a área de operações (A Op) e a zona de defesa (ZD). Além disso, a concepção da manobra estratégica requer criteriosa avaliação das distâncias entre as diversas áreas estratégicas de interesse, em função de seu impacto no deslocamento estratégico e no apoio logístico às forças militares concentradas no teatro ou na área de operações.

Sob uma perspectiva temporal, salienta-se que a variável tempo vincula-se ao momento e à duração de aplicação da força. Destarte, cabe esclarecer que as atitudes estratégicas podem ser combinadas de forma sequencial, mediante o faseamento da manobra, e/ou de forma cumulativa, caracterizada pelo emprego simultâneo de estratégias ante uma mesma ameaça (Wylie, 1967). O recurso do faseamento permite a concentração sucessiva do poder militar nas áreas estratégicas prioritárias, definindo o esforço principal da manobra estratégica em dado momento. Adicionalmente, devem ser observados os prazos impostos pela estratégia nacional e outras condicionantes temporais que influenciam o desenvolvimento da manobra estratégica.

⁸O teatro de guerra comprehende o espaço geográfico que pode ser diretamente envolvido nas operações militares de um conflito armado, podendo incorporar um ou mais teatros ou áreas de operações, além das zonas de defesa estabelecidas. Em suma, abrange as áreas de responsabilidade de todos os comandos operacionais ativados para o conflito considerado. Diversamente do teatro ou área de operações, o teatro de guerra não institui um comando específico na estrutura militar de defesa, sendo gerenciado pelo estado-maior conjunto do órgão setorial de defesa.

⁹“As FA [Forças Armadas] poderão empregar, de forma isolada ou associada, as estratégias da ação independente, aliança, defensiva, dissuasão, ofensiva, presença, projeção de poder e resistência” (Brasil, 2007, p. 35). Além das estratégias de emprego mencionadas, Ferreira e Teixeira Júnior (2021) propuseram o acréscimo de outras três, quais sejam: interdição, bloqueio e pacificação. Consideram, ainda, que as estratégias da aliança e da ação independente são inerentes ao poder nacional e, consequentemente, à grande estratégia do Estado vocacionada à segurança nacional.

¹⁰“Espaço geográfico de interesse nacional com dimensão limitada, que, pelas próprias características, pode oferecer vantagens militares importantes, mediante seu controle ou domínio, em situações de conflito, crises ou guerra de caráter limitado ou total” (Brasil, 2015, p. 35).

Pelo enfoque dos efeitos produzidos pela aplicação do poder militar, nota-se que a variável força remete ao dimensionamento do aparato bélico – meios terrestres, navais e aéreos – em cada área estratégica de interesse, bem como ao grau de violência necessário à obtenção dos efeitos desejados. Nesse sentido, consoante as atitudes estratégicas desenvolvidas, a aplicação da força envolve a realização de ações militares coercitivas, ações limitadas restritivas (bloqueios etc.) e/ou ofensivas (bombardeios, incursões etc.), assim como operações multidomínio em larga escala. Outrossim, registra-se que a distribuição dos recursos militares para todos os comandos operacionais ativados requer a observância dos princípios de guerra da massa¹¹ e da economia de forças¹², porquanto as necessidades operacionais usualmente superam as disponibilidades do poder militar do Estado.

Como adendo à argumentação anterior, cabe elucidar a essência conceitual das diversificadas atitudes estratégicas, ou estratégias de emprego do poder militar, em razão de seu papel medular na concepção da manobra estratégica militar, na medida em que sua aplicação operacional produz efeitos específicos sobre o oponente, contribuindo para a consecução dos objetivos estratégicos militares.

A estratégia da ofensiva refere-se à execução de ações militares agressivas com o propósito de neutralizar forças oponentes e conquistar accidentes capitais, a fim de estabelecer controle territorial em região de interesse estratégico. Em contrapartida, a estratégia da defensiva tem por finalidade assegurar a integridade do território nacional ou região de interesse estratégico, ganhar tempo suficiente para a implementação de outras atitudes estratégicas, economizar recursos militares em área estratégica secundária ou degradar forças adversárias no contexto de uma guerra de atração. O sucesso das referidas estratégias depende do emprego sinérgico de forças terrestres, navais e aeroespaciais nos múltiplos domínios do espaço de batalha.¹³

A estratégia do bloqueio visa à interrupção, total ou parcial, da circulação de bens, pessoas e ativos militares, nos terminais portuários e aeroportuários, nas passagens fronteiriças e/ou no espaço aéreo e marítimo costeiro do oponente, por meio de operações navais, zonas de exclusão aérea e/ou fechamento de fronteiras. Por outro lado, a estratégia da interdição objetiva causar danos diretos ao poder nacional da parte antagônica, degradando suas capacidades militares e seus ativos estratégicos, por intermédio de bombardeios aéreos, navais e terrestres, incursões de tropas de operações especiais, forças mercenárias e/ou atores irregulares (agressão indireta), assim como ataques cibernéticos, *inter alia*. Ambas estratégias causam sérios efeitos políticos, econômicos e psicossociais, ao impactar a economia adversária, desmoralizar seu governo e abalar psicologicamente a sociedade civil.

A estratégia da resistência se aplica a cenários com acentuada disparidade no poder relativo de combate dos contendores, sendo adotada pela parte mais fraca diante da impossibilidade de vitória, por meio do combate convencional, contra um oponente muito mais poderoso. Pode ser desempenhada por forças regulares e/ou irregulares, empregando táticas e técnicas de guerra irregular (guerrilha, sabotagem, subversão etc.) para desgastar o inimigo em um conflito prolongado de baixa intensidade. Em contraposição, a estratégia da pacificação é utilizada contra ameaças de caráter irregular, no

¹¹ “O princípio da massa compreende a concentração de forças no local e momento decisivos, alcançando a superioridade de poder de combate sobre o adversário. Sua aplicação permite desequilibrar a relação de forças militares no âmbito estratégico, operacional ou tático” (Ferreira; Teixeira Júnior, 2021, p. 167).

¹² “O princípio da economia de forças prescreve a aplicação judiciosa dos meios disponíveis, destinando forças militares na medida necessária para o desempenho das ações consideradas secundárias, com a finalidade de priorizar o esforço máximo na ação decisiva” (Ferreira; Teixeira Júnior, 2021, p. 167).

¹³ Os domínios do espaço de batalha são o terrestre, o marítimo, o aéreo, o espacial, o cibernético e o eletromagnético (Brasil, 2023). Há estrategistas que consideram, adicionalmente, o domínio cognitivo ou psicológico.

interior ou fora do território nacional, com o propósito de proteger a população, neutralizar as forças insurgentes e estabilizar a região conturbada, criando condições favoráveis ao restabelecimento da paz.

A estratégia da dissuasão está alicerçada na ameaça de uso da força para desestimular hostilidades promovidas por atores antagonistas. O efeito dissuasório sobre o oponente depende de capacidades militares efetivas, da credibilidade do Estado para aplicar a violência, caso necessário, bem como da comunicação categórica da mensagem coercitiva. Por sua vez, a estratégia da presença pressupõe a articulação seletiva de forças militares no território nacional e em áreas estratégicas de interesse. Não se refere apenas à permanência de recursos militares em regiões selecionadas, mas particularmente à capacidade de se fazer presente com oportunidade e suficiência, por meio da mobilidade estratégica.

A estratégia de projeção de poder, na doutrina militar brasileira, está atrelada ao emprego de forças militares fora do território nacional, em apoio à política externa do país, a fim de fomentar a participação efetiva e legítima do Estado brasileiro nas questões securitárias internacionais. As ações estratégicas de projeção de poder são consubstanciadas pelo envio de forças expedicionárias e forças de manutenção da paz, anexadas a aparatos multinacionais, como também pela realização, por iniciativa própria, de operações de ajuda humanitária e de evacuação de não combatentes.

De acordo com Ferreira (2023), o sortido rol de atitudes estratégicas proporciona ao estrategista um leque generoso de alternativas de emprego do aparato bélico do Estado, flexibilizando o uso da força para a geração de efeitos estratégicos específicos. A combinação de atitudes estratégicas e o adequado dimensionamento dos recursos militares permitem a aplicação da violência em conformidade com o método estratégico selecionado.¹⁴

Figura 1 - Exemplo de manobra estratégica (conflito fictício)



Fonte: elaborada pelo autor.

¹⁴ Os métodos da estratégia militar são a ação direta (neutralização do oponente pela destruição de suas forças), a aproximação indireta (neutralização do oponente pela manobra, surpresa e paralisia do inimigo) e a ação indireta (submissão do oponente pela atração e/ou exaustão). Não obstante sua omissão na doutrina militar brasileira, há também o método da estratégia nuclear, utilizado pelas potências atômicas do planeta (Ferreira, 2023).

Tomando em consideração o emprego do poder militar brasileiro no âmbito do teatro de guerra, assinala-se que o planejamento e a execução da manobra estratégica configuram atribuição legal do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, órgão integrante do Ministério da Defesa. Por conseguinte, a manobra estratégica deve ser pormenorizada no documento intitulado Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA).

3 O CASO ISRAELENSE

O exame da manobra estratégica militar adotada por Tel Aviv requer, preliminarmente, uma análise pormenorizada do rol de ameaças ao Estado de Israel existentes no seu entorno estratégico. De início, cabe assinalar o maior antagonismo aos interesses israelenses no conflito considerado: a organização terrorista Hamas. Ademais, concomitantemente, lutam pela causa palestina os grupos intitulados Jihad Islâmica Palestina (JIP), a Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) e as Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa – braço armado do Fatah – além de outras organizações insurgentes na Faixa de Gaza e na Cisjordânia.

Agregando maior complexidade à problemática estratégica, é necessário contemplar outros atores estatais e não estatais presentes no cenário político-estratégico do Oriente Médio, que estão enredados, direta ou indiretamente, no litígio em tela. Destarte, assume destaque o Irã, maior rival geopolítico de Tel Aviv,¹⁵ que busca expandir sua influência no Oriente Médio, projetando seu poder por intermédio de *proxies*, quais sejam: o grupo Hezbollah, estabelecido no Líbano; as milícias xiitas e o governo da Síria (Regime Assad); as milícias xiitas do Iraque (Resistência Islâmica); os Houthis, um movimento insurgente no Iêmen; assim como alguns grupos sunitas palestinos (Hamas e JIP, *inter alia*).¹⁶ De acordo com Freedman (2024, tradução nossa),

É o fator Irã que transforma um conflito que já era difícil, mas controlável, em algo que já se tornou muito mais amplo. O Irã fez o máximo para garantir que o Hamas possa sustentar e desenvolver suas capacidades militares, coopera com os Houthis no Iêmen e o Hezbollah no Líbano, e promove grupos xiitas radicais por toda a região.¹⁷

Em acréscimo à discriminação das ameaças ao Estado judeu, convém aclarar as nuances do antagonismo entre Israel e Irã, no contexto das disputas geopolíticas no Oriente Médio. Nesse sentido, registra-se que os citados Estados se enfrentam de forma coercitiva e episodicamente violenta, em situação de crise político-estratégica prolongada, por intermédio de diversificados instrumentos do poder nacional, inclusive agressões diretas e indiretas, não obstante, abaixo do limiar do conflito armado, com a finalidade de evitar transpor linhas vermelhas que ensejam uma beligerância de grandes

¹⁵ Segundo Berg, Spender e Beale (2024), o Irã não reconhece o direito de existência de Israel, emprenhando-se para sua erradicação. O líder supremo do país, o aiatolá Ali Khamenei, chamou Israel de “tumor cancerígeno” que deve ser arrancado e destruído. Para o Estado judeu, o Irã representa uma ameaça existencial.

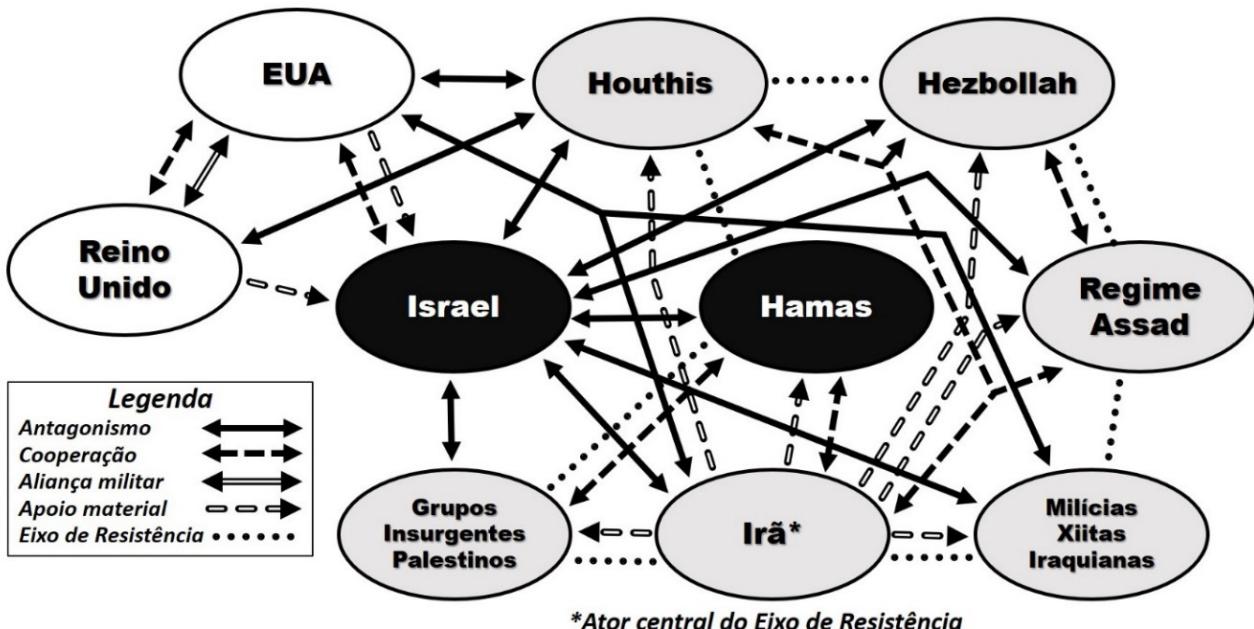
¹⁶ A rede de atores *proxies* de Teerã, sejam entes estatais ou não estatais, é conhecida como “Eixo de Resistência”. Trata-se de uma coalização político-militar informal liderada pelo Irã, para projetar seu poder no âmbito regional, em contraposição aos interesses de Israel e dos EUA. Além do apoio político-financeiro, Teerã provê assistência militar aos seus *proxies* – treinamento e fornecimento de armas – sob a coordenação da Força Quds, um dos ramos da Guarda Revolucionária Iraniana (IRGC, sigla em inglês) (Carter, 2023; United States of America, 2019).

¹⁷ No original: “It is the Iran factor that turns a conflict which was already difficult but containable, into something that has already gone much wider. Iran has done its utmost to ensure that Hamas can sustain and develop its military capabilities, works with the Houthis in Yemen and Hezbollah in Lebanon, and promotes radical Shia groups throughout the region.”

proporções. Destaca-se que o “apoio” iraniano a seus *proxies*, com o intento de atingir Tel Aviv, pode ser considerado como agressão indireta, segundo as normas do direito internacional (Souza, 1996). Tal confronto nebuloso, situado entre a paz e a guerra, é conhecido na literatura de estudos estratégicos como conflito na zona cinza. De acordo com Jordan (2020, p. 2, tradução nossa):

A zona cinza não é nem relações pacíficas nem conflito armado. No conflito na zona cinza, a competição estratégica entre dois ou mais Estados (com suas respectivas diádes de conflito) ocorre abaixo do limiar do conflito armado. A natureza essencialmente não violenta do conflito, exceto por episódios esporádicos envolvendo o uso limitado de violência, é geralmente deliberada por parte dos atores, particularmente do desafiante. O objetivo é evitar cruzar linhas vermelhas que desencadeariam uma escalada militar com altos custos e consequências imprevisíveis.¹⁸

Figura 2 - Diagrama de relações do conflito israelo-palestino



Fonte: elaborada pelo autor

Logo após os ataques de 7 de outubro de 2023, a extremada brutalidade da violência praticada pelo Hamas proporcionou aos israelenses ampla liberdade de ação (Beaufre, 1998), seja no âmbito internacional, seja na esfera doméstica, para retaliar em força com base no direito de autodefesa e no consenso mundial de repúdio ao terrorismo. Nesse contexto, Tel Aviv recebeu o suporte político dos Estados Unidos, Canadá, Japão, Coreia do Sul, Austrália, Índia e da ampla maioria dos Estados da União Europeia, bem como de alguns países do Sul Global.¹⁹ Tal liberdade de ação impactou decisivamente a manobra estratégica militar de Israel, porquanto possibilitou a seleção das

¹⁸No original: “The gray zone is neither peaceful relations nor armed conflict. In gray zone conflict, strategic competition between two or more states (with their respective conflict dyads) takes place below the threshold of armed conflict. The essentially non-violent nature of the conflict, save for sporadic episodes involving limited use of violence, is usually deliberate on the part of the parties, particularly the instigator. The aim is to avoid crossing red lines that would trigger a military escalation with high costs and unforeseeable consequences.”

¹⁹A expressão Sul Global representa o conjunto dos países em desenvolvimento, a maioria dos quais situada no hemisfério sul do planeta.

atitudes estratégicas e a aplicação do grau de violência necessárias para viabilizar a neutralização da organização terrorista supramencionada.

Sob a ótica da grande estratégia israelense, Tel Aviv estabeleceu como seus objetivos políticos a destruição do Hamas, o resgate de seus cidadãos tomados como reféns e a garantia de segurança de sua população. Nesse sentido, a liderança política israelense, de imediato, percebeu que sua abordagem estratégica de contenção e retaliação limitada e episódica²⁰ dos movimentos insurgentes palestinos, mormente o Hamas, não seria eficaz para a consecução de seus objetivos. Destarte, Tel Aviv efetivou, no momento pós-massacre, uma alteração de método de sua grande estratégia para o conflito, adotando a ação direta em substituição à indireta.²¹ De ações militares limitadas, os israelenses passaram ao conflito violento em larga escala, da zona cinza à guerra.

Em contrapartida, as motivações políticas do Hamas estão relacionadas à reinserção da causa palestina na agenda internacional e ao isolamento de Israel no universo da comunidade muçulmana, interrompendo a aproximação entre Tel Aviv e Riad, no contexto dos Acordos de Abraão.²² Ademais, o Hamas busca ampliar a sua influência sobre a sociedade palestina, em desafio à liderança do Fatah no seio da Autoridade Palestina, assim como se projetar regionalmente com a finalidade de lograr maior apoio político-financeiro-militar no mundo árabe (Zanotti; Sharp; Blanchard, 2023). Sua grande estratégia está baseada na ação indireta, implementada por ações políticas e informacionais, sobretudo no âmbito regional, em associação a ações violentas episódicas, no intuito de intimidar Tel Aviv e a população israelense. Seus recorrentes ataques obrigaram Israel a edificar um complexo e oneroso sistema de defesa, impactando o cálculo de custos, riscos e benefícios no processo decisório do Estado judeu. A barbárie dos atos terroristas de 7 de outubro ensejou a previsível e violenta retaliação de Tel Aviv, conduzindo o Hamas ao modelo de conflito prolongado (Beaufre, 1998), em contraposição à ofensiva terrestre israelense e à subsequente ocupação militar da Faixa de Gaza.

Do ponto de vista estratégico-militar, as Forças de Defesa de Israel buscam a todo e qualquer custo, como objetivos estratégicos militares: proteger os cidadãos e o patrimônio israelenses; resgatar os reféns; restabelecer o controle territorial na Faixa de Gaza; desarticular os movimentos insurgentes palestinos, em particular o Hamas; e pacificar as regiões da Cisjordânia e da Faixa de Gaza. Em alinhamento à grande estratégia do Estado judeu, as IDF, logo após os eventos de 7 de outubro, optaram pelo método da ação direta como estratégia militar, a fim de alcançar parcialmente seus objetivos militares. Contudo, o longo processo de pacificação das supracitadas áreas exigirá o retorno ao método de ação indireta, cujo sucesso sujeitar-se-á à neutralização dos centros de gravidade das insurgências palestinas,²³ um intento deveras complicado.

²⁰A estratégia de Tel Aviv contra o Hamas, conhecida como “*mowing the grass*”, se baseava no pressuposto de que, não sendo a dissuasão totalmente efetiva, as lideranças e as capacidades do grupo palestino deveriam ser periodicamente degradadas, em resposta aos atos terroristas e ao lançamento de foguetes contra o Estado de Israel (Byman, 2014).

²¹Segundo Ferreira (2023, p. 76), com base na doutrina militar brasileira, “Os métodos da estratégia nacional diferem, basicamente, no papel desempenhado pelo poder militar na solução da disputa, seja em caráter protagonista (ação direta), seja em caráter coadjuvante aos demais instrumentos do poder nacional (ação indireta)”.

²²Os Acordos de Abraão se referem a uma série de tratados, intermediados pelos EUA no ano de 2020, que normalizaram as relações diplomáticas entre Israel, Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Sudão e Marrocos. Anteriormente, Egito e Jordânia já haviam restabelecido a paz com Israel em 1979 e 1994, respectivamente. A denominação desses tratados constitui homenagem a Abraão, patriarca do judaísmo, do cristianismo e do islamismo.

²³Por uma abordagem genérica, os centros de gravidade estratégicos das insurgências são: o apoio da população local, suas lideranças política e militar, e suas estruturas de suporte político-financeiro e de sustentação logística. As bases insurgentes, para fins de comando, treinamento e apoio logístico, são consideradas importantes objetivos de nível tático. No caso em tela, reverter o apoio da população palestina aos movimentos insurgentes seria um feito incrível.

Por sua vez, o Hamas, convergindo esforços com os outros grupos insurgentes palestinos, visa, no nível estratégico-militar, intimidar o governo e a sociedade israelenses por intermédio do terrorismo, deslegitimar as ações violentas de Israel, degradar e desgastar as forças militares israelenses, retardar as IDF até lograr um cessar-fogo definitivo com Tel Aviv, bem como manter o controle territorial da Faixa de Gaza. À vista disso, o Hamas combina a atrição e a exaustão no contexto de uma estratégia militar de ação indireta, dada a sua incapacidade de alcançar a vitória militar em batalhas de nível tático.

Discorrendo sobre a manobra estratégica militar israelense, cabe enfatizar a postura estratégica de Tel Aviv precedente aos eventos de 7 de outubro de 2023 promovidos pelo Hamas. Nesse contexto, a dissuasão (convencional) representava a atitude estratégica preponderante de Israel em face das ameaças terroristas oriundas dos territórios palestinos. Não obstante as atestadas capacidades das IDF e a credibilidade de Tel Aviv que sustentam o efeito dissuasório, o Hamas promovia recorrentemente incursões terrestres e bombardeios com foguetes contra o Estado judeu, porquanto entende que seus objetivos somente serão alcançados por meio da violência (Byman, 2014; Carter, 2023).²⁴ Por conseguinte, como contrapeso às agressões palestinas, Israel aplicava as estratégias do bloqueio (multidomínio),²⁵ em caráter permanente, para conter o rearmamento do Hamas, e da interdição, normalmente sob a forma de bombardeios aéreos, para degradar periodicamente as capacidades do referido grupo. Ademais, Israel empreendia episodicamente ofensivas terrestres limitadas para incrementar o efeito retaliatório, como sucedido nos conflitos armados de 2008-2009 e 2014.

Transitando no período subsequente aos ataques terroristas do Hamas, é cabível afirmar que a manobra estratégica militar do Estado judeu se revelou muito mais complexa, dada a profusão de ameaças no seu entorno estratégico, em suporte ao Hamas e demais organizações insurgentes na Faixa de Gaza. Destarte, Tel Aviv adotou uma combinação de atitudes estratégicas, mutáveis temporal e espacialmente, em face de seus multiformes oponentes.

Tomando em consideração as ameaças retratadas pelo Hamas, JIP e FPLP, *inter alia*, na região da Faixa de Gaza (Carter, 2023), Tel Aviv encarregou o Comando Sul das IDF do desenvolvimento de uma campanha militar em contribuição ao seu propósito político e estratégico militar. Em um momento inicial, Israel manteve as estratégias do bloqueio e da interdição, com a finalidade de isolar a Faixa de Gaza – por terra, ar e mar – assim como degradar as capacidades dos movimentos insurgentes. Nesse ínterim, as IDF neutralizaram os grupos armados palestinos ainda presentes nas localidades israelenses do entorno da Faixa de Gaza e evacuaram seus cidadãos para áreas mais seguras.

Em sequência à notável mobilização de centenas de milhares de reservistas, Tel Aviv incorporou a estratégia da ofensiva, a partir de 27 de outubro de 2023, em associação às estratégias do bloqueio e da interdição, no intuito de restabelecer o controle territorial da Faixa de Gaza, cedido em 2005, bem como desarticular as formações de combate do Hamas – brigadas e batalhões²⁶ – e suas infraestruturas de comando e de apoio logístico, alicerçadas em um labiríntico sistema subterrâneo. Ao término de agosto de 2024, a despeito da robusta pressão internacional por um acordo de cessar-fogo

²⁴ De acordo com Beaufre (1998), os modelos estratégicos que empregam a violência armada de forma limitada – conflito prolongado e ações sucessivas – tendem a ser aplicados em situações caracterizadas pela relevância do propósito político, porém com restrição de recursos militares e/ou carência de liberdade de ação para empregá-los.

²⁵ Desde 2007, Israel mantém restrições de acesso a Gaza para pessoas e bens, por via aérea, terrestre e marítima, em conjunto com o Egito. Uma zona de exclusão marítima está em vigor na costa de Gaza (Zanotti; Sharp; Blanchard, 2023).

²⁶ O braço armado da organização insurgente palestina Hamas, denominado Brigadas Al Qassam, compreende em sua ordem de batalha cinco brigadas e 24 batalhões (Carter, 2023). Seu efetivo orbita entre 20 e 30 mil combatentes.

(Freedman, 2024), o investimento contra a localidade de Rafah, situada ao sul da Faixa de Gaza, foi praticamente ultimado, consubstanciando a conquista integral do referido território.

Efetivado o controle territorial da Faixa de Gaza, a fase final da campanha militar israelense se fundamenta na estratégia da pacificação, em conjugação com a estratégia do bloqueio, por intermédio de operações contra forças irregulares, em um cenário de contrainsurgência, permutando o método da estratégia militar para a ação indireta. Neste momento, as tropas israelenses estão concentradas ao longo dos corredores de Netzirim (na área central próxima à localidade de Gaza) e de Filadélfia (no extremo sul junto à fronteira com o Egito), em condições de neutralizar elementos insurgentes remanescentes. Entretanto, o sucesso da estratégia da pacificação na Faixa de Gaza, dadas as condições psicossociais da população palestina, é deveras dubitável. Nesse sentido, Freedman (2024, tradução nossa, grifo do autor) assinala que, “Uma vez que Netanyahu declarou que o objetivo de Israel era a sua ‘eliminação’, o Hamas pode reivindicar vitória simplesmente sobrevivendo”.²⁷

Em face do que precede, cabe assinalar a perceptível concentração dos meios militares israelenses no Comando Sul das IDF para empreender a campanha operacional na Faixa de Gaza, evidenciando o esforço principal da manobra estratégica militar do Estado judeu. Ratificando tal compreensão, registra-se o emprego da 36ª, da 162ª e da 252ª Divisões das IDF por ocasião da ofensiva no setor norte da Faixa de Gaza. Ademais, Tel Aviv utilizou as 98ª, 99ª, 143ª e 162ª Divisões nas operações do setor sul.

Avaliando as operações desenvolvidas pelo Comando Norte das IDF, na região fronteiriça junto ao Líbano e à Síria, percebe-se a aplicação, em primeiro momento, das estratégias da defensiva e da interdição, como também, recentemente, da estratégia da ofensiva no sul libanês (Boot, 2024; Fraioli, 2024). Diante da ameaça de invasão de seu território, mormente pelas forças do Hezbollah,²⁸ a partir de suas bases no Líbano, Tel Aviv desdobrou as tropas do Comando Norte em dispositivo defensivo para garantir a integridade territorial de Israel. Outrossim, em retaliação aos constantes bombardeios promovidos pelo Hezbollah – com foguetes, mísseis e drones – o Estado judeu empreende sistematicamente ataques aéreos e fogos de artilharia contra as bases do citado movimento, corporificando a estratégia da interdição.

Contudo, a intensidade das ações do Hezbollah, que compeliu Tel Aviv a evacuar 70 mil civis de suas cidades próximas à fronteira libanesa (Freedman, 2024), suscitou a mudança da postura estratégica de Tel Aviv, evoluindo para uma estratégia ofensiva no sul do Líbano, à similitude do ocorrido nos anos de 1978, 1982 e 2006. Nesse contexto, a fim de permitir o regresso dos cidadãos israelenses às suas residências na região norte de Israel, o Comando Norte das IDF desencadeou, em 30 de setembro de 2024, uma operação ofensiva limitada com quatro divisões – a 36ª, a 91ª, a 98ª e a 146ª – a fim de conquistar uma faixa de segurança no sul libanês, de profundidade ainda indefinida. A eficiente preparação para a ofensiva, mediante atividades de inteligência, operações especiais e ataques aéreos, desorganizou sobremaneira o Hezbollah. Segundo Fraioli (2024, tradução nossa),

Começando em meados de setembro de 2024, Israel conduziu uma série de ataques espetaculares contra o Hezbollah no Líbano, que desmantelaram grande parte de suas capacidades militares.

²⁷No original: “Once Netanyahu declared that Israel’s objective was its ‘elimination’, Hamas could claim victory simply by surviving.”

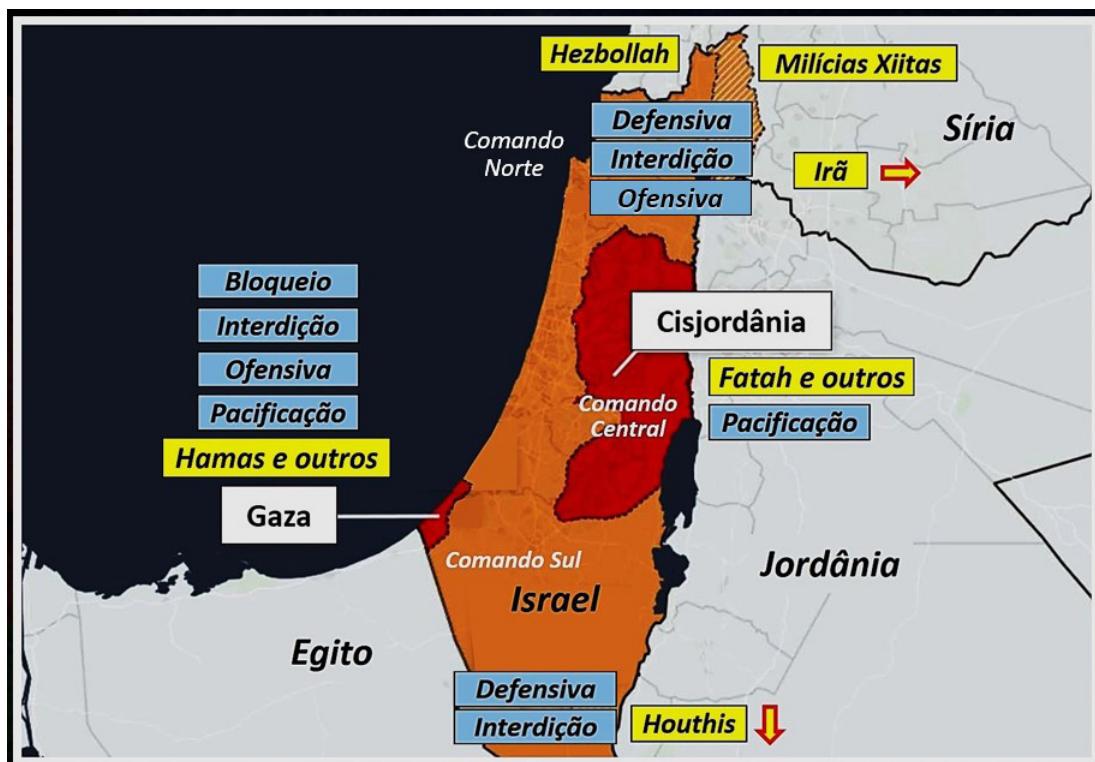
²⁸O Hezbollah, organização política e paramilitar xiita libanesa, possui laços estreitos com o Irã e o regime Assad na Síria. É considerado o ente não estatal mais armado do mundo, com treinamento convencional e irregular. Seu poderoso arsenal inclui mais de 130 mil mísseis e foguetes (Shaikh; Williams, 2021). A estimativa atual é superior a 150 mil vetores balísticos e de cruzeiro. Segundo o líder do grupo, seu efetivo corresponde a cem mil combatentes (Freedman, 2024).

Aproximadamente metade do grande arsenal pré-guerra de foguetes e outras armas avançadas do grupo foi destruído, de acordo com autoridades americanas e israelenses. A estrutura de comando e controle do Hezbollah também foi devastada, especialmente após o assassinato do líder do grupo, Hassan Nasrallah, por Israel, em 27 de setembro.²⁹

A alteração do esforço principal da manobra estratégica de Israel para o Comando Norte das IDF é decorrência tanto da amplificação da ameaça representada pelo Hezbollah, como também da implementação da estratégia da pacificação na Faixa de Gaza, que demanda menor poder de combate em razão da baixa intensidade dos embates armados com as combalidas insurgências palestinas. A mudança da postura estratégica israelense na Faixa de Gaza estabeleceu condições favoráveis a uma redistribuição de forças militares entre os comandos operacionais das IDF, permitindo concentrar maior poder de combate no Comando Norte para a condução de operações ofensivas no sul do Líbano.

Em adição ao desafio colocado pelo Hezbollah, o Comando Norte também precisa lidar com a ameaça representada pelas milícias xiitas presentes na Síria, assim como pelas forças militares do regime Bashar al-Assad.³⁰ Compondo o rol de *proxies* de Teerã, os citados atores podem lançar drones, mísseis e foguetes, bem como empreender ataques e incursões terrestres no território israelense. Por conseguinte, as referidas ameaças configuraram um desafio complementar para o Comando Norte, que as confronta por intermédio das estratégias da defensiva e da interdição.

Figura 3 - Ameaças a Israel e atitudes estratégicas



Fonte: elaborada pelo autor.

²⁹No original: “Beginning in mid-September 2024, Israel conducted a series of spectacular attacks against Hizbullah in Lebanon that have dismantled much of its military capabilities. Approximately half of the group’s large pre-war arsenal of rockets and other advanced weapons has been destroyed, according to American and Israeli officials. Hizbullah’s command-and-control structure has also been devastated, especially following Israel’s killing of the group’s leader, Hassan Nasrallah, on 27 September.”

³⁰Não há registros, até meados de outubro de 2024, de ataques conduzidos pelo Regime Assad contra Israel.

No que se refere à Cisjordânia, o Comando Central das IDF defronta-se com um agregado de movimentos insurgentes, notadamente as Brigadas dos Mártires de Al-Aqsa – braço armado do Fatah. Contudo, há também células do Hamas, da JIP e de outros grupos armados presentes naquela região. Após a ofensiva das IDF contra a Faixa de Gaza, eclodiram violentos choques entre insurgentes palestinos, colonos judeus e as forças armadas israelenses. Nesse contexto, Tel Aviv adota a estratégia da pacificação para estabilizar a Cisjordânia e restabelecer a paz social.

Além do que precede, convém destacar as ameaças não contíguas ao território israelense. Apesar da separação espacial, tais ameaças são dotadas de capacidades para alvejar o Estado judeu por meio de vetores aéreos, tais como drones e mísseis. Destarte, em apoio à luta do Hamas na Faixa de Gaza, o movimento insurgente xiita dos Houthis, localizado no Iêmen, optou por ataques marítimos contra a navegação mercante no Mar Vermelho e no Golfo de Áden,³¹ mediante mísseis antinavio e drones aéreos e navais. Ademais, os Houthis empreendem ataques missilísticos recorrentes contra a localidade de Eilat, no extremo sul de Israel,³² mas também ameaçam a capital Tel Aviv com drones e mísseis de longo alcance, a despeito da reduzida efetividade de suas ações.

Em contraposição aos Houthis, organizou-se uma força naval multinacional – Estados Unidos, Reino Unido, França, Itália, Canadá, Austrália e outros países – sob a liderança de Washington, para proteger o tráfego marítimo na região considerada. Em complemento, estadunidenses e britânicos desempenham ataques aéreos e navais com a finalidade de degradar as capacidades de interdição dos Houthis. Em verdade, há um conflito armado entre os Houthis e a coalizão internacional liderada pelos norte-americanos, que se desenvolve segundo o método da estratégia militar de ação indireta, de pouca eficácia até o corrente momento (Freedman, 2024).

No que tange às agressões houthis, Tel Aviv emprega sobretudo a estratégia da defensiva para proteger seu território e sua população, sendo operacionalizada pelo Comando de Defesa Aérea³³ que integra o seu aparato militar. Todavia, em retaliação ao ataque de drones conduzido pelos Houthis contra Tel Aviv, no dia 19 de julho de 2024, a Força Aérea Israelense promoveu, no dia subsequente, um ataque aéreo contra o porto iemenita de Hodeida, evidenciando a aplicação episódica da estratégia da interdição (Spender; Adams, 2024). Posteriormente, no mês de setembro de 2024, os Houthis conduziram novos ataques ao Estado judeu, o que desencadeou nova retaliação de Tel Aviv, no dia 29 do mês considerado, por meio de ataques aéreos contra infraestruturas portuárias, instalações petrolíferas e usinas de energia na região oeste do Iêmen, controlada pelas forças insurgentes.

Por fim, estabelecendo foco na ameaça iraniana, cabe sublinhar que Teerã declina, via de regra, o enfrentamento militar direto com Tel Aviv (Brands, 2024), empregando agressões indiretas ao Estado judeu por meio de seus *proxies*. Entretanto, no dia 13 de abril de 2024, em represália ao ataque aéreo israelense contra o consulado iraniano em Damasco dias antes, Teerã conduziu um bombardeio de longo alcance contra Israel, utilizando aproximadamente 300 drones aéreos e mísseis de ataque terrestre, balísticos e de cruzeiro, lançados a partir de seu próprio território e também por

³¹ O navio mercante Tutor, de propriedade grega, foi atacado pelos Houthis em 12 de junho de 2024, tornando-se o segundo navio afundado no Mar Vermelho desde novembro de 2023. O Rubymar, de propriedade do Reino Unido, foi o primeiro navio afundado pelos Houthis, em 2 de março de 2024 (Souliotis; Maltezou, 2024).

³² A localidade de Eilat dista aproximadamente 1.600 km do território controlado pelos Houthis no Iêmen.

³³ O Comando de Defesa Aérea integra a Força Aérea de Israel, sendo dotado de meios antiaéreos e antibalísticos de curto, médio e longo alcance, capazes de interceptar diversificados vetores (aeronaves, drones, mísseis e foguetes). Seus principais materiais são retratados pelos sistemas *Arrow (2 e 3)*, *Patriot*, *David's Sling*, *Iron Dome* e *Iron Beam*.

seus aliados do Iraque, Iêmen e Líbano. A retorsão de Tel Aviv, em 19 de abril, contra instalações antiaéreas iranianas em Isfahan foi bastante limitada com o nítido propósito de evitar a escalada do conflito (Berg; Spender; Beale, 2024).

No entanto, em 1º de outubro de 2024, Teerã realizou um segundo ataque a Israel com cerca de 180 mísseis balísticos, alegando ser uma represália ao assassinato dos líderes políticos do Hamas e do Hezbollah. A comunidade internacional aguarda, em clima de elevada tensão, uma provável resposta israelense, ainda não manifesta até o momento de conclusão deste trabalho, que pode escalar exponencialmente o conflito entre as duas potências regionais mencionadas (Byman; Jones; Palmer, 2024).

Destarte, é cabível afirmar que a postura estratégica do Estado judeu, ante as ameaças retratadas pelo Irã, pelos Houthis e pelas milícias xiitas do Iraque (Resistência Islâmica), respalda-se essencialmente na estratégia da defensiva, como também, episódica e seletivamente, na estratégia da interdição.

4 CONCLUSÃO

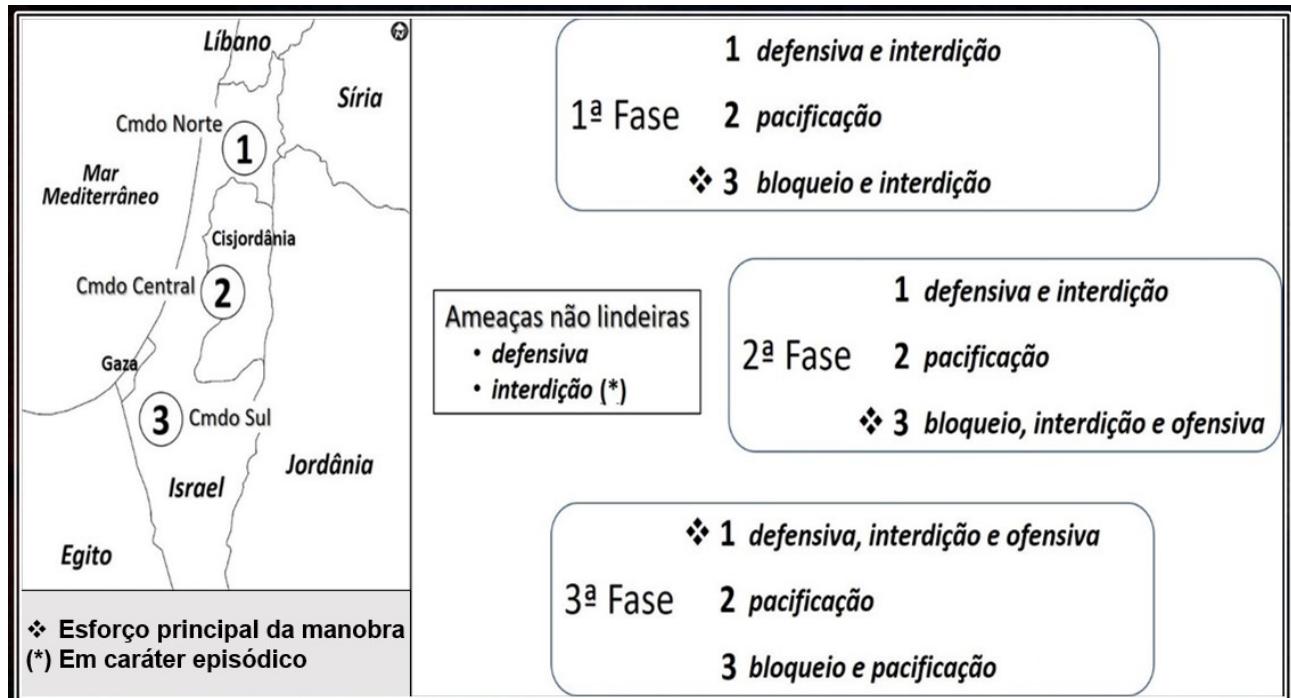
Em face da dissertação pregressa, ratifica-se a relevância da manobra estratégica militar no contexto do processo de gerenciamento do conflito armado. Nesse mister, é cabível destacar que a manobra estratégica, como um dos elementos medulares da concepção da estratégia militar, consiste na articulação de forças militares, no domínio do teatro de guerra, e na combinação de atitudes estratégicas distintas, em face das ameaças reconhecidas, segundo variações espaciais, temporais e de uso da força, criando condições favoráveis à consecução dos objetivos estratégicos militares.

Segundo a perspectiva do conflito israelo-palestino, convém evidenciar a multiplicidade de ameaças aos interesses securitários do Estado de Israel, compulsando Tel Aviv à mobilização de seus reservistas, à distribuição criteriosa de seus recursos militares e à adoção de posturas estratégicas específicas em cada um de seus comandos operacionais.

Por conseguinte, verifica-se que o Comando Norte busca assegurar a integridade territorial de Israel e retaliar as agressões desempenhadas pelo Hezbollah e pelas milícias xiitas na Síria, degradando suas capacidades. Recentemente, passou à ofensiva para neutralizar as forças do Hezbollah no sul libanês. De outra forma, o Comando Central enfrenta as insurgências palestinas na Cisjordânia por meio da estratégia da pacificação, na tentativa de estabilizar a região. No epicentro do conflito, o Comando Sul atua em força em conformidade ao faseamento de sua campanha militar. Dessa forma, após a concentração estratégica das forças necessárias ao cumprimento de suas tarefas operacionais, conduziu uma ofensiva terrestre para desarticular as brigadas do Hamas e forças congêneres, bem como para retomar o controle territorial da Faixa de Gaza. No corrente momento, busca neutralizar os insurgentes remanescentes e estabilizar a área considerada. Além do que precede, cabe ao Comando de Defesa Aérea garantir a proteção da população civil e do território israelenses contra vetores aéreos lançados pelo “Eixo de Resistência”. Ademais, a Força Aérea Israelense, episódica e seletivamente, empreende ataques de interdição, em retaliação às agressões diretas de atores não lindeiros ao Estado judeu.

Com o objetivo de proporcionar melhor compreensão da manobra estratégica militar de Israel, apresenta-se, por meio da figura seguinte, o faseamento da manobra e as correspondentes posturas de força em cada área estratégica de interesse, destacando a região do esforço principal em determinado momento, que sinaliza uma maior concentração dos recursos militares disponíveis a Tel Aviv.

Figura 4 - Manobra estratégica militar de Israel



Fonte: elaborada pelo autor.

Considerando que o planejamento estratégico é contínuo e dinâmico, assim como se ancora usualmente em pressupostos relacionados à mutabilidade do ambiente estratégico e ao comportamento volátil do oponente, convém descortinar algumas alternativas de evolução das operações militares. No que tange à Faixa de Gaza, a pacificação dessa região está condicionada à resiliência de Tel Aviv, no sentido de suportar a crescente pressão internacional por um cessar-fogo definitivo e de perseguir seus objetivos políticos, particularmente a questionável destruição do Hamas e das demais insurgências palestinas. Voltando-se à região norte de Israel, a operação ofensiva de Tel Aviv em território libanês caracteriza uma mudança do esforço principal das IDF; não obstante, seu efeito estratégico é incerto, na medida em que o Hezbollah desfruta de profundidade territorial para recuar, sobreviver e agredir o Estado judeu com armas de longo alcance.

Ademais, eventual escalada nas hostilidades armadas entre o Irã e Israel pode incendiar o Oriente Médio em um conflito armado de maiores proporções, que pode enredar outros atores regionais e grandes potências extrarregionais. Nesse contexto, referindo-se a um eventual ataque aéreo de Israel contra as instalações petrolíferas iranianas, Boot (2024, tradução nossa) infere que:

Teerã dificilmente aceitaria tal golpe sem revidar ainda mais — se não contra Israel, então contra seus aliados. Teerã poderia mirar na infraestrutura de petróleo de estados árabes moderados, como a Arábia Saudita, e provavelmente poderia interromper o transporte no Estreito de Ormuz, pelo menos por um tempo. Também poderia alvejar as forças dos EUA na região, enquanto secretamente acelera os planos para armar o seu programa nuclear. O resultado poderia ser uma guerra regional ainda maior, que poderia fazer os preços do petróleo dispararem e o crescimento econômico global despencar.³⁴

³⁴No original: “Tehran would be unlikely to accept such a blow without striking back even harder — if not against Israel, then against its allies. Tehran could target the oil infrastructure of moderate Arab states such as Saudi Arabia, and it could probably close shipping in the Strait of Hormuz at least for a time. It could also target U.S. forces in the region, while

No intuito de dar sentido à violência armada, autoridades políticas e militares de Tel Aviv declararam, de forma uníssona, que os principais objetivos políticos do conflito são a eliminação do Hamas e o resgate dos reféns israelenses (Fraioli, 2024), e que, ao final da contenda, haverá a edificação de um novo regime de governança e de segurança na Faixa de Gaza. Não obstante, não esclarecem em detalhes como tal regime de segurança se processará, tampouco atestam o futuro político dos palestinos em Gaza. Netanyahu, primeiro-ministro israelense, asseverou que um “autogoverno” palestino, com representantes locais, será estabelecido na Faixa de Gaza, excluindo a possibilidade de regresso da Autoridade Palestina, liderada pelo Fatah e considerada hostil a Israel. Ademais, anunciou que as IDF permanecerão na região por um período indefinido para garantir a sua desmilitarização e desradicalização³⁵ – indício de aplicação da estratégia da pacificação – assim como insinuou que a reconstrução da Faixa de Gaza seria financiada por países árabes, sem especificar quais (Hill, 2024).

Todavia, a eliminação de um movimento insurgente não é tarefa de fácil execução, pois está condicionada, em tese, à neutralização de seus centros de gravidade estratégicos, quais sejam: o apoio da população (Visacro, 2009); sua liderança político-militar; e sua estrutura de suporte político, financeiro e logístico. No caso em tela, a conversão cognitiva da população palestina, em favor de uma coexistência pacífica entre judeus e árabes, aparenta ser quase impossível sob a perspectiva psicossocial, por razões históricas e religiosas que fomentam um forte ressentimento recíproco. A decapitação política e militar da insurgência é factível, como sucedido com o Hamas e o Hezbollah, mas não susta o processo regenerativo da organização. Outrossim, mesmo que a estratégia do bloqueio seja bem-sucedida no estrangulamento da logística insurgente, a interrupção do suporte político-financeiro ao Hamas, de caráter exógeno, revela-se uma possibilidade exígua.

Além do que precede, os efeitos colaterais sobre a população civil palestina, considerados excessivos por muitos atores internacionais (León, 2023), em decorrência da implementação das estratégias da interdição, do bloqueio e da ofensiva, por parte das IDF, comprometem a legitimidade do emprego do poder militar de Tel Aviv. A catástrofe humanitária em Gaza (mortandade, fome, destruição, *inter alia*) reduziu drasticamente a liberdade de ação de Israel perante a comunidade global e a opinião pública mundial (Beaufre, 1998), como também impactou negativamente os interesses securitários estadunidenses no Oriente Médio,³⁶ em razão de seu contínuo apoio político-militar ao Estado judeu. A crise humanitária palestina pode malograr a manobra estratégica militar de Tel Aviv, constituindo uma vulnerabilidade continuamente explorada pela manobra informacional do Hamas. Segundo Mearsheimer (1983, p. 14, tradução nossa), “Os tomadores de decisão devem avaliar muito bem a provável reação dos aliados e adversários, os aspectos do direito internacional e a possível reação em um fórum como as Nações Unidas, assim como o provável efeito sobre a economia”³⁷

covertly accelerating plans to weaponize its nuclear program. The result could be an even bigger regional war that could send oil prices spiking and global economic growth plummeting.”

³⁵ A desradicalização consiste na reversão do processo de radicalização de indivíduos, aqueles que manifestam comportamentos violentos para fins políticos, como as ações terroristas, a fim reduzir a violência extremada, reabilitar os envolvidos e reintegrá-los à sociedade (Mohar; Shoshan, 2023).

³⁶ Os interesses norte-americanos no Oriente Médio consistem: na contenção do conflito armado, evitando uma grande guerra regional; na degradação das capacidades do Irã e de seus proxies; na limitação da influência sino-russa junto à comunidade islâmica; na normalização árabe-israelense consubstanciada pelos Acordos de Abraão; e na solução de dois Estados para estabilizar a região (Zanotti; Sharp; Blanchard, 2023).

³⁷ No original: “Decision makers might well assess the probable reaction of allies and adversaries, aspects of international law and possible reaction in a forum such as the United Nations, and the likely effect upon the economy.”

Em função do exposto, há que considerar, fundamentalmente, três possíveis tendências evolutivas do conflito israelo-palestino. De início, cabe cogitar o retorno de Tel Aviv à estratégia de “aparar a grama” (*mowing the grass*), com base nas estratégias do bloqueio (multidomínio) e da interdição (episódica), após a retirada das tropas israelenses da Faixa de Gaza, decorrente de um eventual acordo de cessar-fogo. Nesse caso, a saída das forças israelenses, sem uma governança palestina estabelecida, provocará caos humanitário e uma disputa interna pelo poder na Faixa de Gaza. Existe, ainda, a alternativa da presença militar permanente de Israel na Faixa de Gaza, a despeito dos custos e riscos inerentes a essa escolha estratégica, independentemente do sistema de governança estabelecido na região. Tal reocupação militar da Faixa de Gaza imporá às IDF a manutenção da estratégia da pacificação indefinidamente, porquanto os grupos insurgentes continuarão a luta armada homiziados junto à população palestina. Em contrapartida, apesar da forte oposição de Tel Aviv, mormente após a barbárie sucedida no dia 7 de outubro de 2023, é plausível conjecturar sobre a criação do Estado da Palestina, como corolário das crescentes pressões da comunidade internacional.

De qualquer forma, segundo inferência do autor, a consolidação da paz regional somente será efetivada por intermédio de uma solução de dois Estados, um judeu e outro árabe, desde que haja renúncia do coletivo islâmico à destruição de Israel, garantias securitárias amparadas por arranjos multilaterais, normalização das relações político-diplomáticas árabe-israelenses e condições econômicas sustentáveis que fomentem a prosperidade do povo palestino. Nesse sentido, um acordo de paz, obrigatoriamente, teria de comprometer as principais lideranças do mundo árabe para ser duradouro, promover a necessária confiabilidade mútua e suscitar, destarte, a estabilidade regional. Afinal, estratégia não é sobre vencer guerras, mas sobre restabelecer a paz.

REFERÊNCIAS

BEAUFRE, André. **Introdução à estratégia**. Trad. Luiz de Alencar Araripe. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

BERG, Raffi; SPENDER, Tom; BEALE, Jonathan. **Why have Israel and Iran attacked each other?** BBC News, 2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-68811276>>. Acesso em: 26 jul. 2024.

BOOT, Max. **There is no purely military solution to Israel's security woes**. The Washington Post, 2024. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/opinions/2024/10/10/israel-hamas-hezbollah-iran-endgame/>>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRANDS, Hal. **Israel's devastation of Hezbollah puts Iran in a corner**. Bloomberg, 2024. Disponível em:<<https://www.bloomberg.com/opinion/articles/2024-10-01/israel-s-devastation-of-hezbollah-puts-iran-in-a-corner>>. Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina militar de defesa**. MD51-M-04. 2. ed. Brasília, DF: MD, 2007.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. MD35-G-01. 5. ed. Brasília, DF: MD, 2015.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de operações conjuntas**. MD30-M-01. Brasília, DF: MD, 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Conceito operacional do Exército Brasileiro: operações de convergência 2040**. EB20-MF-07.101. 1. ed. Brasília, DF: EME, 2023.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security**: a new framework for analysis. Boulder: Lynne Rienner, 1998.

BYMAN, Daniel. **Mowing the grass and taking out the trash**. Foreign Policy, 2014. Disponível em: <<https://foreignpolicy.com/2014/08/25/mowing-the-grass-and-taking-out-the-trash/>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

BYMAN, Daniel; JONES, Seth G.; PALMER, Alexander. **Escalating to war between Israel, Hezbollah and Iran**. Center for Strategic and International Studies, 2024. Disponível em: <<https://www.csis.org/analysis/escalating-war-between-israel-hezbollah-and-iran>>. Acesso em: 15 out. 2024.

CARTER, Brian. **The order of battle of Hamas' Izz al Din al Qassem brigades**. Institute for the Study of War (ISW), 2023. Disponível em: <<https://www.understandingwar.org/sites/default/files/The%20Order%20of%20Battle%20of%20Hamas%E2%80%99%20Izz%20al%20Din%20al%20Qassem%20Brigades.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2024.

CLAUSEWITZ, Carl von. **On war**. Trad. Michael Howard e Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1984.

ECHEVARRIA, Antulio J. **Military strategy**: a very short introduction. New York: Oxford University Press, 2017.

FERREIRA, Walter da Costa. A importância da estratégia militar para a elaboração de conceitos operativos futuros. **Análise Estratégica**, v. 28, n. 1, p. 73-84, dez./fev. 2023. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/CEEEAE/article/view/11456/9176>>. Acesso em: 31 maio 2024.

FERREIRA, Walter da Costa; TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. **Estratégia militar aplicada**: metodologia de emprego. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021.

FRAIOLI, Paul. **Israel's position a year after the Hamas-led attacks of 7 October**. The International Institute for Strategic Studies, 2024. Disponível em: <<https://www.iiss.org/publications/strategic-comments/2024/10/israels-position-a-year-after-the-hamas-led-attacks-of-7-october/>>. Acesso em: 14 out. 2024.

FREEDMAN, Lawrence. **Israel's two-front war**. The New Statesman, 2024. Disponível em: <<https://www.newstatesman.com/world/middle-east/2024/07/israels-two-front-war-hezbollah-hamas>>. Acesso em: 12 out. 2024.

GRAY, Colin S. **Modern strategy**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

HART, Basil Henry Liddell. **Strategy**: the indirect approach. 4. ed. Londres: Faber, 1967.

HILL, Jenny. **Israel's PM Netanyahu lays out Gaza plan for after the war**. BBC News, 2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-68379646>>. Acesso em: 24 jun. 2024.

JORDAN, Javier. International competition below the threshold of war: toward a theory of gray zone conflict. **Journal of Strategic Security**, v. 14, n. 1, p. 1-24, 2020. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/26999974>>. Acesso em: 9 jun. 2024.

LEÓN, Lucas Pordeus. **Israel rebate crítica do secretário-geral da ONU sobre guerra**. Agência

Brasil, 2023. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2023-10/israel-rebate-critica-do-secretario-geral-da-onu-sobre-guerra>>. Acesso em: 29 jun. 2024.

LEVUSH, Ruth. **Israel: government declares war and special situation on home front following October 7 Hamas attacks.** Library of Congress, 2023. Disponível em: <<https://www.loc.gov/item/global-legal-monitor/2023-12-11/israel-government-declares-war-and-special-situation-on-home-front-following-october-7-hamas-attacks/>>. Acesso em: 18 jun. 2024.

MEARSHEIMER, John J. **Conventional deterrence.** Ithaca: Cornell University Press, 1983.

MOHAR, Yariv; SHOSHAN, Aya. **The struggle against radicalization that encourages terror: Israel vs. the world.** The Institute for National Security Studies (INSS), 2023. Disponível em: <https://www.inss.org.il/strategic_assessment/radicalization/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SHAIKH, Shaan; WILLIAMS, Ian. **Missiles and rockets of Hezbollah.** Missile Threat, Center for Strategic and International Studies (CSIS), 2021. Disponível: <<https://missilethreat.csis.org/country/hezbollahs-rocket-arsenal/>>. Acesso em: 23 jun. 2024.

SOULIOTIS, Yannis; MALTEZOU, Renée. **Salvage firm confirms sinking of Greek-owned Tutor struck by Houthis.** Reuters, 2024. Disponível em: <<https://reuters.com/world/middle-east/salvage-firm-confirms-sinking-greek-owned-tutor-struck-by-houthis-2024-06-19/>>. Acesso em: 23 jun. 2024.

SOUZA, I. M. Lobo de. O conceito de agressão armada no direito internacional. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, v. 33, n. 129, p. 145-156, jan./mar. 1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176388/000506405.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 9 jun. 2024.

SPENDER, Tom; ADAMS, Paul. **Israel strikes Houthis in Yemen after drone hits Tel Aviv.** BBC News, 2024. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/articles/c3g68g11445o>>. Acesso em: 26 jul. 2024.

UNITED STATES OF AMERICA. Defense Intelligence Agency. **Iran military power:** ensuring regime survival and securing regional dominance. Washington, DC: DIA, 2019. Disponível em: <https://www.dia.mil/Portals/110/Images/News/Military_Powers_Publications/Iran_Military_Power_LR.pdf>. Acesso em 9 jun. 2024.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular:** terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009.

ZANOTTI, Jim; SHARP, Jeremy M.; BLANCHARD, Christopher M. **Israel and Hamas October 2023 conflict:** frequently asked questions (FAQs). Congressional Research Service, 2023. Disponível em: <<https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R47754>>. Acesso em: 26 maio 2024.

ZANOTTI, Jim; SHARP, Jeremy M. **Israel and Hamas conflict in brief:** overview, U.S. policy, and options for congress. Congressional Research Service, 2024. Disponível em: <<https://crsreports.congress.gov/product/pdf/R/R47828>>. Acesso em: 26 maio 2024.

WYLIE, Joseph Caldwell. **Military strategy:** a general theory of power control. New Brunswick: Rutgers University Press, 1967.